

O MUNDO QUE O PORTUGUÊS CRIOU

POR ANTÔNIO SÉRGIO*

Se as relevantes conferências de Gilberto Freyre aparecessem editadas em Portugal, não seria coisa absolutamente impossível que algum mais distraído entre os leitores portugueses concebesse a idéia de que o meu prefácio poderia ser uma espécie de apresentação, se bem que o autor seja hoje entre nós um escritor já célebre entre o grande público, e não só admirado pelos especialistas; impressas no Brasil, pelo contrário, serão as conferências e o conferencista que apresentarão o prefácio e o prefaciador.

Quis pois a amabilidade de Gilberto Freyre tornar-me conhecido dos leitores do Brasil, e decidi embarcar-me nas *Conferências na Europa* para uma viagem entre o público da sua pátria.

Sinto-me ir de passeio sobre as águas plácidas, à popa do iate de um lord amável, e a ruminar num problema: que farei neste caso? que me caberá dizer?

Se tivesse sentimentos de nacionalista, e se merecesse a honra de me tornar alguém como homem representativo dos portugueses, de si se apresentava a solução do caso: empreenderia agradecer a Gilberto Freyre, em nome da gente do meu país, o sólido prestígio que deram os seus livros à nossa capacidade de colonização, com a preclara autoridade que conquistaram. Os que me conhecem, todavia, logo perceberiam que tal atitude (que seria na maior parte dos meus conterrâneos cabalmente sincera e verdadeira) desfrisaria um tanto com o meu feitio. Não, não me penso sob a categoria do nacional: e se perante um espanhol ou um escandinavo não me ocorre colocar-me como português, como me sentiria de diversa estirpe quando aquele que defronto é um escritor brasileiro, súdito lingüístico de el-rei Camões?

Por outro lado, pretender formular em sua própria pátria um qualquer juízo sobre Gilberto Freyre afigura-se-me empresa inteiramente vácuca, e um tanto ridícula de ingenuidade. A tal respeito, aos leitores do Brasil já foi dito o que cumpre pelos críticos competentes que ali não faltam; e também desta banda do Oceano Atlântico se escreveram sobre os livros do historiador-sociólogo apreciações sagazes e de cabal justiça, a que eu nada

(*) Extraído de *O mundo que o português criou— aspectos das relações sociais do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940 (coleção Documentos Brasileiros, vol. 28).

acrescentaria que tivesse préstimo. Portanto, resta-me fazer o que tenho feito até hoje: exercer a função de todo bom ignorante, que é dar ensejo às investigações alheias, com submeter o enunciado das suas próprias dúvidas às pessoas idôneas para resolvê-las.

Com tal objetivo, deverei começar por vos avocar ao espírito que das mais doutriniais e de maior relevo entre as feições da obra de Gilberto Freyre é talvez a intensidade de luz claríssima de distinção intelectual, de precisão científica, com que definiu o aspecto de criação social da obra dos portugueses no Brasil. Ora, a essa lição juntou ele uma outra: a da busca da explicação de tal fenômeno, ou seja, a das características de psicologia rácica, e de etnocultura, e de geografia histórica (digamo-lo assim) que nos conferiram capacidade para tal façanha. Porém, a amplitude e originalidade da criação portuguesa no campo propriamente social-econômico em regiões tropicais da América do Sul contrasta com a modéstia do que fazemos na Europa nesse mesmo domínio das realizações crematísticas, com todas as conseqüências que daí promanam: e não é de estranhar que os leitores do sociólogo transitem do problema do português no Brasil para o problema do português em Portugal, e que alguns se inclinem a adotar no segundo o reverso da solução que no primeiro ele deu. Para os que assim procederem, o êxito do português na colonização do Brasil provirá de certo número de qualidades intrínsecas que o tornaram mais apto a triunfar nos trópicos que os restantes povos habitadores da Europa: e suporão que *essas mesmas qualidades intrínsecas* o teriam contrariado no ambiente europeu, impedindo-o de se achar nestes tempos de hoje ao nível dos mais progressivos e dos mais prósperos. Assim, já vi quem ligasse com a de *Casa-grande & senzala* a teoria sustentada por um admirador desse livro, que é dos maiores ensaístas do Brasil atual: Almir de Andrade. A primeira dúvida, por isso, que me permito submeter aos leitores brasileiros (a começar pelos dois mestres a que acabei de aludir, evidentíssimamente) é se a interessante teoria de Almir de Andrade se poderá coadunar com a de *Casa-grande & senzala*; e, dado que não, se alguma hipótese se poderá propor explicativa do inêxito do português na Europa, sem prejuízo da doutrina de Gilberto Freyre.

Para isso, resumamos esta última:

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana, quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escrava; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a dureza doutrinária e moral da

Igreja medieval; tirando os ossos aos cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar: governando antes a África.

A miscibilidade, a mobilidade, a aclimabilidade — conjunto de qualidades que se radicou nos nossos no ambiente peninsular originário — conferiam-lhes capacidade para a colonização nos trópicos. Favoreceu-os, em suma, na obra de colonização na Sul-América, a característica *plasticidade* da sua índole, a qual dimanava de uma singular riqueza de antecedentes étnicos e de cultura; e caberia acentuar que os colonizadores do Brasil, nos séculos de Quinhentos e de Seiscentos, foram na maioria portugueses típicos, e portanto mestiços: nem os dólico-louros de Oliveira Viana, nem tampouco os judeus de Werner Sombart, nem ainda os moçárabes de Debané, senão que portugueses a que chamaria eólios um espírito dominado pelas reminiscências gregas: de complexa ascendência, de cultura mista. Nessa origem compósita, todavia, valeria especialmente para o nosso caso o predomínio da cultura e do sangue do mouro, do qual se derivaram para o colonizador do Brasil os dotes e fatores de capacidade técnica no relativo à produção e à utilização da cana.

Tomaríamos aí a explicação do fato que nos aparece iluminado com uma luz tão viva na obra magistral de Gilberto Freyre:

... o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem, como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses. Outros europeus, estes brancos puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo a mais rija, como os puritanos colonizadores de Old Providence, os quais, da mesma fibra que os pioneiros da Nova Inglaterra, na ilha tropical se deixaram espapaçar nuns dissolutos e moleirões. Não foi outro o resultado da emigração de loyalistas ingleses da Geórgia, e de outros novos estados da União Americana, para as ilhas Bahamas, duros ingleses que o clima tropical em menos de cem anos amolegou em poor white trash. O português, não; por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora, unindo-se com mulher de cor... O colonizador português do Brasil foi o primeiro, de entre os colonizadores

modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal— o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim —para a de criação local de riqueza.

Ora bem. Parece óbvio e fácil, ao primeiro relance, o ligarmos a doutrina de Gilberto Freyre com a teoria de que os dotes que nos serviram nos trópicos são os mesmos que na Europa nos desserviram; e será lícito pensarmos que nos inclina para aí um interessantíssimo ensaio de Almir de Andrade sobre "O colonizador português e o seu caráter", nos *Aspectos da cultura brasileira*, livro delicioso e de publicação recente. Aceitando e aplaudindo com a admiração que merecem a orientação e as teses de Gilberto Freyre, diz ele que a capacidade do colonizador português foi devida "à sua própria formação psicológica e social, bastante distanciada dos traços comuns às outras sociedades da Europa, bem *antieuropeia* nas suas raízes mais espontâneas e mais profundas"; e acentua:

... creio mesmo que até hoje não se definiu com suficiente clareza esse desajustamento profundo do caráter português em relação ao ambiente europeu que o envolve. Talvez esse desajustamento explique todo esse movimento de decadência e de enfraquecimento contínuo, que encheu mais de quatro séculos da história de Portugal, e que, provavelmente, não foi mais do que uma asfixia lenta das energias recônditas do povo português, inadaptadas ao ambiente cultural europeu e esmagadas pelos seus tentáculos dominadores e hostis. Na verdade, não há nada mais antieuropeu do que a psicologia do português e do que a sua própria vida social, em tudo o que ainda não sofreu a influência definitiva das outras culturas européias... Os seus méritos de colonizador consistiram precisamente nos seus defeitos como nação europeia, considerada do ponto de vista europeu. Foi a instabilidade dos seus ideais políticos, sociais e morais, a flutuação das suas tendências contraditórias, a falta de rigidez dos seus princípios, que lhe permitiram penetrar, sem grandes prevenções de espírito, no meio brasileiro, aproveitar os elementos nativos, amoldar-se às exigências do novo meio, compreender as suas verdadeiras necessidades, e criar, afinal, com elementos originais, típicos do novo meio social, novas formas de cultura, genuinamente brasileira desde as suas origens mais remotas.

O último dos períodos de que dei traslado conduz-nos a uma idéia da maior importância, que já fora acentuada por Gilberto Freyre e que eu próprio sublinhara nos meus *Ensaio*s: a da plasticidade de espírito da nossa gente. É pela afirmação desse dote psíquico que começa o ensaio de Almir de Andrade em que avultam as linhas que transcrevo acima:

O português aparece na colonização do Brasil como uma figura da maior plasticidade, que o meio novo modelou de acordo com as suas exigências próprias. Essa plasticidade foi a causa da falência do português na Europa, mas foi o segredo da sua vitória nas colônias do ultramar.

E para o fim:

... os resultados desse encontro da cultura ameríndia com um colonizador tão plástico e tão aberto a toda sorte de influências foram os mais inesperados e inéditos na história das colonizações européias. Gilberto Freyre procurou caracterizá-los [...]. Gilberto Freyre foi, sem dúvida, o primeiro sociólogo que entre nós colocou em seus verdadeiros termos o problema da adaptação do colonizador português às condições de vida da sua colônia americana. É de notar sobretudo a penetração com que analisou o caráter da colonização portuguesa no Brasil e seus resultados, assim como o desassombro com que reconheceu e apontou os verdadeiros méritos do colonizador, que residem justamente ali onde a crítica correntia e a intransigência intelectualista dos observadores superficiais têm concentrado todas as suas condenações e menosprezos ao povo português: na sua flutuação intelectual e moral, no caráter vago, indeciso e contemporizador das suas tendências indefinidas, sem princípios rígidos, sem normas intransigentes de conduta.

Em suma,

o português de hoje, como o de ontem, é um mundo de tendências antagônicas que se desconhecem a si mesmas [...]. A melhor, a mais típica, a mais feliz das criações da alma portuguesa, a sua música popular, o fado dos acentos nostálgicos e da saudade semfim, reflete essa ansiedade dos caminhos perdidos, essa procura eterna de um ponto de apoio, de uma diretriz e de um ideal que não se encontra nunca.

De todo me dispenso de pedir vênias aos leitores pelo estirado das transcrições de que lhes dei regalo. Persuado-me, ao contrário, de que lhes mereço alvissaras, pelo gozo da releitura de tão belas páginas. E a seguir interrogo: o sentenciarmos a respeito da grei portuguesa que ela é inajustável à cultura européia não será negar-lhe a plasticidade de espírito em que vimos a causa da sua adaptação aos trópicos? O considerá-la "aberta

a toda sorte de influências" não redundam em inibir-nos de a conceber cerrada à influência do gênio e da civilização da Europa? A não-inadaptabilidade a nenhuma coisa, o dote de não ser *anti* coisa alguma, não será a própria definição exata desse mesmo conceito de plasticidade? Plásticos, como seremos nós antieuropeus? Pois um ente de "tendências antagônicas", indefinido e plástico, poderá resistir a uma propensão das suas com resistência definida e decisiva, manifestando um só dos seus pendores contrários, e não qualquer outro dos que também o impulsam? Não vimos ditamado na *Casa-grande & senzala* que o português é "indefinido entre a Europa e a África, *nem intransigentemente de uma nem da outra, mas das duas*"?. Não haverá nas idéias de Almir de Andrade qualquer coisa de incompatível com as de Gilberto Freyre?

Como se vê, o conjunto destas perguntas vem a disparar na seguinte: admitido o plástico do caráter da Grei, determinante do êxito que ela alcançou no Brasil, não nos releva abster-nos, por isso mesmo, de buscar a causa do seu insucesso na Europa em qualidades intrínsecas do português? Não estaremos obrigados, por conseguinte, a sinalar como réu do nosso destino europeu o dado complementar e correlativo do homem, isto é, o ambiente físico em que ele nasceu?

Ai de mim! Formulador de perguntas, a tal interrogação hei de responder com outras: não seria acaso nas regiões do Brasil que o português encontrou pela primeira vez condições de ambiente francamente propícias para um gênero determinado de cultura básica¹?

A hipótese que agora submeto aos doutos é a de que os fatores agroclímicos da nossa metrópole não nos dão condicionamento francamente benéfico a nenhuma casta de cultura básica que pudesse ministrar fundamento sólido a qualquer pujante criação social, sendo que o mesmo se não pode dizer das regiões da Europa de além-Pireneus, onde vivem povos que excederam o nosso por aquilo que conseguiram em seus próprios lares. Admitida a hipótese, poder-se-ia dizer: por ser desse modo, desde o princípio da nossa história que andamos buscando nos recursos do oceano, no sal, na pesca e no comércio marítimo, as possibilidades de subsistência e de esplendores de vida de que sempre a nossa terra se nos mostrou avara; por ser desse modo, ao absoluto insucesso da legislação agrícola correspondeu um êxito de repercussão mundial das leis portuguesas de navegação e de tráfico; por ser desse modo, teimamos em "arar" as vastidões oceânicas (para empregar o verbo de Camões nos *Lusíadas*), pois que nunca passariam de um rendimento mínimo os esforços que envidássemos no arar das glebas; por ser desse modo, merecemos que nos chamassem aquele "peito ilustre" (voltando ao Camões) "a quem Netuno e Marte obedeceram", já que no condicionamento que nos coube em sorte, Ceres, Cibele, Pomona e Flora só poderiam dar-nos uma obediência dúbia, quando não a desobediência mais declarada e enérgica.

Mau condicionamento? Estou em crer que sim.

O primeiro tropeço são as precipitações atmosféricas. Não é a quantidade anual da chuva o que aflige o português no território pátrio,

(1) Chamo neste caso culturas básicas as cujos produtos são de valor primário para a sustentação da vida do homem, ou que têm assegurada uma grande venda. Tal foi sempre o trigo; tal foi o açúcar no século XVII.

mas a sua distribuição pelos diferentes meses. Sofremos de deficiência de chuva estival para as plantas herbáceas que no tempo quente realizam o principal do seu crescimento, e à escassez da chuva durante o estio adiciona-se a intensíssima evaporação nessa quadra. A evaporação da água, durante julho e agosto, e nos territórios situados ao sul do Tejo, atinge a grandeza (se a não excede) de toda a chuva anual respectiva. Somente o Noroeste — em junho, julho e agosto — tem índice de aridez maior do que 10; esse índice é em Lisboa de 2,7; em Beja de 3; em Lagos de 1 (obtem-se tal índice, como vós sabeis, dividindo a pluviosidade pela temperatura, acrescida esta do número 10). Em três quartos do nosso país sofremos de um verão excessivamente árido. Para além dos Pireneus, muitíssimo ao invés, tanto no Noroeste como no centro da Europa ocorre o fenômeno precisamente contrário, pois que aí a chuva é sobretudo no verão, não havendo portanto necessidade de rega, ao passo que o português, no território europeu, ou rega os campos durante o estio (quando haja com quê) ou se vê privado nessa mesma quadra de culturas arvenses e hortícolas². De anos torturados pela completa secura há exemplos catastróficos na nossa história, sendo freqüentes os do século XV. Ao lado disso, sofremos invernos de não menor infortúnio, com chuveiros inundantes e torrenciais (é o que sucede agora, quando escrevo estas laudas). Para o trigo são desfavoráveis o terreno e o clima; o incerto das primaveras prejudica as frutas; e pelo que respeita à produção silvícola, não temos condições de ambiente físico para nenhuma das essências superiormente ricas. Em pleno inverno, a seguir a um tempo tenebroso e ríspido, ressurtam dias de primavera esplêndida. "Este clima nosso" (dizia-me uma vez um lavrador patricio) "está a todo momento a enganar as plantas"; e para os homens de lavoura de Portugal inteiro há sobejos motivos de repetir as queixas do vilão da *Romagem dos agravados*: "Que chove quando eu não quero/ E faz um sol das estrelas/ quando alguma chuva espero./ Ora alaga o semeado,/ Ora seca quanto hi há".

A excessiva secura do nosso verão, que tanto nos prejudica no labor da terra, é-nos pelo contrário extremamente propícia no que diz respeito à produção do sal. Daí a importância que esse produto alcançou no sistema econômico da nossa gente na época anterior à das explorações do ultramar; daí a firmeza da tradição antiga de ser o sal português o de maior valia; daí o distinguir-se o português medievo, entre todos os povos do continente europeu, como atrevido pescador e como produtor de sal. A do sal é a única das criações crematísticas para que existem condições de favor bem franco no ambiente metropolitano da nossa grei, tão boas como o eram para a produção do açúcar aquelas que mais tarde nos veio a dar o Brasil; e o aspecto e brancura dos produtos insinua uma imagem a que não sei fugir, e para cujo preciosismo vos rogarei indulto: considerados pela importância na nossa vida econômica, o sal foi o açúcar do português da metrópole nos tempos anteriores ao da expansão marítima, e o açúcar foi o sal do português dos trópicos no terceiro século dessa mesma expansão. Se não me iludo, é muito suscetível de descaminhar o espírito aquela designação

(2) Examinados ao microscópio, os filamentos de lã dos países europeus de chuva regularmente distribuída manifestam uma grossura uniforme; os da lã portuguesa, pelo contrário, apresentam estrangulamentos, correspondentes às épocas secas, de pastos mais pobres. Isto sem embargo de transumância.

de "monarquia agrária" adotada por João Lúcio de Azevedo para a primeira época da nossa história. Ao que pendo a crer, as condições agroclímicas da nossa metrópole não lhe permitiriam a vitalidade que ela então ostentou se assentasse num alicerce exclusivamente agrário, ou muito predominantemente de natureza agrária. Bem ao avesso, pergunto-me se o que havia de prometedor e tônico no organismo social da nossa estirpe lhe não vinha então essencialmente do sal, do comércio marítimo, da atividade da pesca... Mas importa agregar, em primeiro de tudo, que a riqueza oriunda do sal e da pesca não poderia impulsionar o país inteiro; e logo depois, que o sal não manteve na economia moderna a importância que lhe coube na Idade Média. Se a houvesse mantido, acaso ao Portugal dos modernos tempos o achássemos tão ajustado no conjunto da Europa quanto o esteve o do tempo de um D. Denis.

O sal era necessário para salgar o peixe, e o peixe salgado avultou muitíssimo na alimentação dos povos da Idade Média: foi por isso mercadoria da maior importância e fator econômico de excepcional momento no sistema de trocas dos portugueses. Usavam procurá-lo com o maior empenho as gentes ribeirinhas do Mar do Norte. As costas deste mar, com efeito, oferecem-se riquíssimas de bom pescado, em especial nos bancos sobre que nada o arenque; as águas marítimas, porém, são de fraca salinidade em tais paragens, e o frio e a umidade setentrionais impedem a evaporação bastante ativa; por conseguinte, faltam os requisitos para a salicultura. Estabeleceu-se por isso um intercâmbio intenso entre esses povos pescadores do Norte — escandinavos, neerlandeses, escoceses, ingleses, irlandeses etc. — e as terras ocidentais em que a evaporação é viva, e onde se pode por isso produzir o sal. Nos Países Baixos (o grande centro da pescaria européia) tão grave era o problema da importação do sal que pelas flutuações no preço dele se previam as crises da economia. Objeto, então, de copioso tráfico, servia de frete de retorno aos navios estrangeiros que nos visitavam. As cortes de Elvas de 1361 exaltam o valor do comércio do sal no sistema econômico da nossa gente:

item ao que diziam no quinquagésimo artigo — comenta o rei — que bem sabíamos quanto o frete do sal é cumpridoiro e necessário aos nossos senhores, porque por ele recudiam à nossa terra muitos mantimentos, e a nós muita prol, e muitos de muitas partes de fora de nossos reinos, quando aí havia avondamento, dele carregavam naves e outros navios para outras terras, de que nós tiramos grandes dízimos...

De salinas estabelecidas na nossa costa se fala em documentos de 929 e 978, abundando os dos primórdios da monarquia sobre salinas estabelecidas nas margens do Lima, do Cavado, do Ave, do rio de Leça, do Douro, do Mondego, do Vouga. As do termo de Alcácer-do-Sal foram muito

famosas sob a dominação dos mouros. Nos forais concedidos aos conselhos do Algarve, D. Afonso III reservava para a Coroa o todo das salinas que já ali existiam e as que viessem a construir-se posteriormente, bem como o monopólio da venda do sal. No tempo de D. João I, era tanta a produção das marinhas de Faro que o monarca concedeu a mercadores estrangeiros a licença de exportação de sal algarvio. As salinas que se alongam pelo Ribatejo outrossim procedem de remotas eras. No reinado de D. Fernando (1367-83), conta Fernão Lopes que "estavam à carga no rio de Sacavém e à ponta do Montijo, da parte do Ribatejo, 67 navios em cada lugar, carregando de sal e de vinhos". Depois da conquista da praça de Ceuta (1415), o vedor da fazenda de D. João I, João Afonso de Alenquer,

considerando as mui grandes despesas que el-rei tinha feitas, e como lhe era necessário ainda despender no frete de todos aqueles navios [os que tinham servido na expedição] tanto que foi na cidade de Lisboa mandou comprar para el-rei todo o sal que havia por toda aquela terra, o qual houve assaz de bem barato, por razão da imposição; e quando lhe os mestres dos navios requeriam frete, fazia-lhes pergunta se lhes prazeria de haverem o sal em preço de sua paga; os quais todos juntamente foram contentes, considerando como lhes seria melhor levarem seus navios carregados de alguma mercadoria que levarem o dinheiro, que ligeiramente poderiam gastar; e assim foram todos mui bem pagos, com pouco custo de el-rei (Azurara).

A produção agrícola, pelo contrário, andou sempre abaixo das necessidades, devido em boa parte àquele mesmo fato que causava a excelência da produção salina: a secura excessiva do nosso estio; e daí um resultado que se me afigura interessante, pela lógica simplicidade com que relaciona os fatos: com o sobejo do sal que nos dava o mar se comprava o trigo que nos negava a terra. Na Idade Média, os tabuleiros das salinas e as embarcações da pesca foram as casas da moeda do nosso povo: pois com sal e com peixe se comprava pão, que do estrangeiro nos vinha. Em 1635, requereram ao governo os mercadores de Lisboa a entrada de 22 navios de trigo, os quais em retorno tomariam sal; e em 1651 sugeriu o rei à Câmara de Lisboa que se escrevesse às cidades hanseáticas alemãs, a fim de lhes oferecer quaisquer vantagens para que nos mandassem pão em abundância, e tentando-se que por ele nos aceitassem o sal. Estava-se no meio do século XVII; a intensidade da procura já não era a mesma; já o sal não lograva na economia européia o privilégio que tivera na Idade Média; bem maior importância era então a do açúcar...

Como se sabe, pelo tratado de 20 de outubro de 1353, entre Eduardo III da Inglaterra e os burgueses do Porto e de Lisboa, tiveram estes autorização para irem exercer a indústria da pesca nas costas dos domínios daquele monarca. Por esses tempos, navegávamos o peixe até o Levante,

em concorrência álaçre com os demais europeus; muitos comerciantes do nosso país freqüentavam os portos da Inglaterra e da França; e na época seguinte da expansão marítima, no século de Albuquerque e de Luís de Camões, não foram poucos os professores portugueses que em universidades estrangeiras regeram cursos. Não hesitaremos um pouco, perante estes fatos, em admitir como provado que a nossa índole se não adelgaça ao gênio da civilização da Europa? E seria excessivo propor a hipótese de que, em certas épocas da nossa história, dos europeus mais europeus entre os habitantes da Europa foram talvez os comerciantes e pescadores portugueses, nada havendo acaso de maior cunho europeu que a legislação marítima de D. Fernando?

Desde o princípio, fôramos compelidos a recorrer ao mar: porque a terra, mal-regada e pobre, e de relevo ingrátíssimo na metade norte, nunca nos daria suficiência agrícola, nem matérias-primas de cabal importância com que lográssemos manter uma grande indústria. As feições agroclímicas da nossa pátria são muitíssimo inferiores às da França e da Inglaterra, às da Alemanha e de Flandres; e não nos encontramos até hoje com carvão bom e acessível, e não temos ferro... Forçoso, portanto, o acudir ao oceano, às regiões longínquas; porém, sem um sólido alicerce de produção na metrópole (produção agrícola ou extração de minério, que sustente uma indústria) toda prosperidade será instável.

Nesse caso, eis-nos condenados para todo o sempre? Não afirmo tal coisa: porque já a ciência do nosso tempo nos permite a esperança de correções profundas nas condições desfavoráveis do ambiente físico. Mas faz-se mister que esse problema e o da renda sejam tidos como básicos nos nossos planos políticos, e não as propagandas e as estradas de luxo, os saldos orçamentais e as comemorações históricas.

Seria exorbitar do meu tema de agora o alongar-me nas minúcias dessa correção do ambiente, desde a execução de grandes obras de hidráulica e da sistemática arborização do terreno pátrio até a ereção de centrais hidroelétricas (sem excluir as térmicas) que permitissem a instalação de reservatórios altos de onde a água desceria a irrigar os campos e possibilitassem o emprego da bomba elétrica em numerosos poços que se poderiam abrir; mas devo acrescentar que aos do ambiente físico se acrescentam os óbices de uma outra espécie: os da estrutura econômico-social da Grei. Os trabalhadores da terra, com efeito, pagam aos senhorios uma renda excessiva, que os não deixa sair de uma penúria extrema: e tais trabalhadores, como é bem sabido, constituem a maioria da população da metrópole. Reparai: constituem a maioria da população da metrópole.

Ora, antes de atribuirmos a qualidades intrínsecas a decadência atual do nosso povo, não convirá que pensemos nas repercussões sociais que resultam da falta de poder de compra na classe mais numerosa da população de um Estado?

Visiono para o futuro a socialização da renda; não é isso porém o que agora importa, mas tão só o problema do seu montante. Ora, sucede que em Portugal o excessivo da renda nem deixa ao desgraçado que

empreende a lavoura, freqüentes vezes, o próprio valor do simples salário correspondente ao trabalho que ele fez na terra. Por outras palavras: o que fica ao rendeiro, satisfeita a renda, é não raro inferior ao que teria cobrado se trabalhasse a jornal por conta alheia. Admitida a apropriação individual da renda, deveríamos considerar como sendo justa a que incluísse o juro do capital fundiário (glebas, casas de habitação, celeiro, estábulos, obras de irrigação, plantações etc.), a compensação pela depreciação que este vai sofrendo e as contribuições que incidem na propriedade: a mais disso, porém, o capitalista arroga-se a importância total (ou, pelo menos, considerável parte) do chamado lucro de exploração; e das três parcelas que com justiça inteira deveriam caber ao pequeno rendeiro (a saber: o salário, a compensação do risco, o lucro proveniente da exploração) nem com o simples salário chega o pobre a ficar, em numerosos casos...

Depois, adicionem-se a isto os garrotes da usura. José Agostinho de Macedo escrevia em 1818:

Seriam mui úteis aos povos as sociedades de agricultura se estas se encaminhassem a ajudar os tristes lavradores; se em anos mofinos e escassos lhes subministrassem as sementes para a futura lavoura e animassem com fundos os miseráveis que não têm com que cultivar a terra, pagando-se depois sem aquelas escandalosas usuras com que se costuma pôr o pé no pescoço dos infelizes.

Escandalosas usuras: o que neste passo nos apresenta o Macedo é um transe do agrícola que perdura ainda. Em Portugal os lavradores evitam as instituições de crédito, porque (diz um documento oficial recentíssimo) "para se obter um empréstimo, por mais insignificante que seja, são tantas as formalidades e exigências, que os interessados preferem recorrer à usura". Resultado:

Como os juros absorvem, freqüentemente, os lucros líquidos da exploração, o lavrador, ilaqueado de dificuldades, não consegue imprimir às suas culturas a expansão e o tratamento que lhes daria se dispusesse de facilidades financeiras, empregando o mínimo de adubos químicos (trechos do inquérito do Comissariado do Desemprego, publicado em 1938).

Há pois essa "asfixia lenta das energias recônditas" do nosso povo, e aqueles "tentáculos dominadores e hostis", de que nos fala o livro de Almir de Andrade: mas provirão eles do "ambiente europeu", como quer a doutrina do prestigioso ensaísta³?

(3) É com retórica histórico-patrioteira que se pretende entre nós galvanizar o povo. Excelentíssimo recurso para fugir ao problema, atordoando o mísero. O de que ele precisa é da diminuição das rendas, de facilidades de crédito, de melhoramentos hidráulicos, de energia barata, de assistência técnica, da organização cooperativa para a compra e para a venda, da repressão das explorações e das especulações de que tem sido vítima, até que chegue o momento de lhe poderem dar mais: a planificação de conjunto do seu viver económico, para o máximo rendimento e a máxima vantagem social, sem prejuízo da liberdade do homem tanto na escolha daquilo que compra como na escolha da profissão que quer seguir.

Combinem-se com estes males sociais os que resultam das condições do nosso solo, da distribuição nocivíssima das nossas chuvas, e ver-se-á por que definha numa indigência aguda o produtor agrícola em Portugal. Quase nada lhe fica para comprar qualquer coisa, a esse homem paupérrimo, limitando-se a usar o que ele próprio faz: por conseqüência, nem o comércio nem as indústrias fabris têm aqui possibilidade de se expandir com ímpeto, por falta de um mínimo de capacidade de compra na classe mais numerosa da nação. Quando esta vive com tal aperto, está inapta a pagar uma tributação copiosa, e não logra o Estado, por isso mesmo, alcançar os recursos que lhe são necessários para os serviços públicos de maior valia, para os que tocam ao progresso e à educação do povo. Por derradeiro, um país onde o mister de lavrar a terra é o seguido pela maioria dos seus habitantes, mas que não chega a granjear uma produção agrícola que o habilite a dispensar importações excessivas e lhe permita vender às demais nações matérias de primeira necessidade para estas, tal país, íamos nós dizendo, sofre as conseqüências do desfavor dos câmbios. E como contragolpe da indigência rústica, um Estado na incapacidade de poder auferir, da classe mais numerosa da sua gente, as receitas bastantes para a dotar de escolas, não dá ao povo a cultura técnica que lhe consentiria melhorar a produção das glebas. Um círculo de misérias em ações recíprocas, que a atmosfera e o solo nos têm imposto (além dos vícios de estrutura social) e que domina o destino da nossa grei. Em Portugal, a penúria do trabalhador agrícola determina a fraqueza de tudo mais.

Ora bem: não teríamos aí uma explicação aceitável da decadência da estirpe no seu solo pátrio, dispensando-nos de recorrer à insinuante hipótese de uma psique nebulosa da nossa gente? Com efeito, hipótese é essa que não vejo aceita por observadores dos homens dos nossos campos. Sugerem-na sem dúvida os langores do *fado*: mas será o fado, bem vistas as coisas, uma música típica popular portuguesa? Não será só a música de certos bairros, de bairros lisboetas de gente indecisa, como são os das escórias dos grandes portos dos países marítimos de todo o mundo⁴?

E quanto ao êxito do português no Brasil? Já vos disse a pergunta que me sugere o caso: não seria no Brasil que o português encontrou, pela primeira vez, condições de ambiente francamente propícias para tirar da terra uma cultura básica (de venda assegurada, de favor no mercado)? Bem sei que os obstáculos não eram aí pequenos, nem em fraco número; tais obstáculos, todavia, não estavam nos fatores *essenciais* produtivos, como aqueles que na metrópole nos flagelavam; não vinham da falta e do excesso da chuva; tampouco da irregularidade incontrastável do clima, ou da extrema ingratidão da natureza do solo: estribavam em fatores circunstanciais para o produto, que não eram insuperáveis para o português do tempo, com os recursos da técnica daquela época. No Brasil, a estabilidade da cultura da cana-de-açúcar, no extremo Nordeste e na região do Recôncavo, explica-se por condições particularmente benéficas assim do solo como da atmosfera, e assim das águas como da situação geográfica, como Gilberto Freyre o demonstrou a preceito nesse livro admirável pela

(4) As origens do fado deverão buscar-se, ao que nos dizem os doutos, entre os escravos negros do Brasil. Do fado-música o antecessor direto é o lundum, afro-brasileiro, importado em Portugal pelos fins do século XVIII; o fado-dança surgiu no Brasil nos princípios do XIX, e veio para Lisboa quando a corte regressou do Rio, em 1821. A população dos nossos campos, no entanto, não mostra permeabilidade estética a essa lamentável cantilena, só típica de alguns bairros infectos da capital, e que deveu a celebridade a uma mórbida, efêmera e caprichosa inclinação do conde de Vimioso por uma rameira cantadora do fado (a Severa) aí pelos anos de 1840. Keyserling, tão apreciador dos cantos do nosso povo, só teve desdém para o repulsivo fado, e nem por sombras lhe ocorreu tomá-lo como canto popular de Portugal. Brasileiros e portugueses devemos dar-lhe, decididamente, o pontapé final que ele bem merece.

urdidura clássica, harmonioso e uno, que é o seu *Nordeste*. Quanto ao solo, o que nos dava de presente essa região brasileira era a fecunda substância do massapê; as chuvas, o vento e a ação solar adequavam-se a primor à cultura da cana; e os rios sisudos e de fiel percurso foram operários disciplinados dos engenhos de água, boas vias de transporte e servidores domésticos, divertindo as crianças, convidando ao banho... Que diferença com o solo torturado e pobre de tão grande parte do nosso lar europeu⁵! Com a nossa irregularidade na distribuição das chuvas, tão nociva aos rústicos! Com os rios caprichosos e de caudais extremos, reduzindo-se a zero sob os calores do estio, e destruindo e inundando sob os chuvarões do inverno!

Facilidades de terreno e de condições de clima no que toca ao crescimento da própria planta, e também facilidades de energia hidráulica para a necessária elaboração do seu produto: eis o que o português foi encontrar no Brasil; eis o que a sorte lhe recusou na Europa. O que havia de adverso nas regiões dos trópicos consistia nos obstáculos à aclimação dos homens e à criação de um organismo social-econômico com que se pudesse triunfar na exploração da cana, e para vencer esses óbices é que lhe serviu o ser plástico, qualidade que na metrópole se manifestara já: no trato dos mercadores que se derramavam pela Europa; na facilidade com que assimilava as criações estrangeiras; na resolução dos problemas do descobrimento marítimo; nas relações estabelecidas pelas costas da África... Se no seu próprio território o português tivesse, para uma cultura básica, para um produto essencial, as facilidades que no seu têm outros povos brancos, ou aqueles que para a cana lhe presenteou o Brasil, acaso se veria em outro nível agora, como povo partícipe da civilização da Europa.

Será assim como eu digo? Estará aí a verdade? A mim cabe a pergunta; o responder é para os sábios. Só formulo um problema, uma interrogação, uma hipótese, como simples apêndice de um admirador curioso a um dos temas da obra de Gilberto Freyre.

Lisboa, 31 de janeiro de 1940

(5) "As condições de pobreza constitucional que caracterizam em larga zona o solo agrícola português" são as palavras de Mário de Azevedo Gomes em *A situação econômica da agricultura portuguesa*. No respeitante à irregularidade das nossas chuvas, ver os trabalhos de Ezequiel de Campos.